

HOMEM: UM CASO DE DESGRAMATICALIZAÇÃO?

Odete Pereira da Silva Menon*

Resumo: A língua portuguesa conheceu um recurso de indeterminação do sujeito correlato ao francês *on*, e proveniente da mesma fonte, o latim *homine(m)*. Embora muito frequente em textos arcaicos, a forma *homem* desapareceu da língua portuguesa. Graças a uma edição crítica da obra *Castelo perigoso*, podemos talvez deslindar, em parte, as razões e a época do desaparecimento do pronome indefinido *homem*, resultado da gramaticalização do substantivo *homem*. Elisa Branco da Silva utilizou dois manuscritos da versão portuguesa (mss. Alc. 199 e 214, Biblioteca Nacional de Lisboa), situando temporalmente o Alc. 199 na primeira metade do séc. XV, e o Alc. 214 como cópia tardia do primeiro, feita em finais dos anos quatrocentos ou início dos quinhentos. Tomando como base da edição o Alc. 199, ela põe em aparato crítico as diferenças encontradas o Alc. 214. Aí vamos encontrar uma diferença fundamental no tratamento dado às ocorrências de *homem*: o copista, muitas vezes, registra esse pronome antecedido do artigo definido. Esse fato pode nos balizar a época em que o caráter genérico desse recurso de indeterminação se tornou opaco: o copista teria interpretado a ocorrência como sendo (i) o substantivo *homem*, que precisa ser especificado com o artigo definido; (ii) como o *homem*, referência, por metonímia, à humanidade; ou, ainda, teria sofrido a concorrência da construção com o pronome *se*. Será demonstrado também que há diferenças entre o manuscrito e a versão impressa em outra obra (*O catbecismo pequeno*), conforme sua edição crítica.

* Universidade Federal do Paraná / CNPq.

Palavras-chave: Pronome *bomem*; indeterminação do sujeito; desgramaticalização; pronome *se*; transmissão de textos.¹

Abstract: Portuguese knew a resource of subject indeterminacy related to French *on*, and from the same source, Latin *bomine(m)*. Although very common in old texts, the form *bomem* disappeared of Portuguese. Thanks to a critical edition of the work *Castelo perigoso*, perhaps we can unravel, in part, the reasons and the time of the disappearance of the indefinite pronoun *bomem*, a result of the grammaticalization of the noun *bomem*. Elisa Branco da Silva used the Portuguese version of the two manuscripts (mss. Alc. 199 and 214, Biblioteca Nacional de Lisboa), temporarily placing Alc. 199 in the first half of the 15th century, and Alc. 214 as a late copy of the first one, made in the end of the 15th century or in the beginning of the 16th century. Considering Alc. 199 as the basis for the edition, she puts in the critical apparatus the differences found in the copy. There we find a fundamental difference in treatment given to occurrences of *bomem*: the copyist often registers this pronoun preceded by the definite article. With this fact we can delimit the time that the generic feature of the resource of indeterminacy became opaque: the copyist would have interpreted the occurrence as being (i) the noun *bomem*, that must be specified with the definite article; (ii) as *bomem*, reference, by metonymy, to humanity; or it even would have suffered the competition of construction with the pronoun *se*. It will be also shown that there are differences between the manuscript and the printed version in another work (*O catbecismo pequeno*), as we can see in its critical edition.

Keywords: Pronoun *bomem*; subject indeterminacy; desgrammaticalization; pronoun *se*; transmission of text.

¹ Agradeço a leitura cuidadosa dos dois pareceristas: deles, aproveitei dados para melhorar o texto e as informações, inclusive essa palavra-chave. Houve, porém, algumas sugestões que não puderam ser atendidas e que tocavam à questão de autoria. Assim, sou a única responsável por aquilo que não foi modificado.

1. Introdução

A língua portuguesa conheceu um recurso de indeterminação do sujeito (no sentido de *referente*) correlato ao francês *on*, e proveniente da mesma fonte, o latim *homine(m)*. Embora muito frequente em textos arcaicos, a forma *homem* desapareceu da língua, (como também as referências genéricas *fulano/fulão; sicrano e beltrano/beltrão*). Esse pronome indefinido, resultado da gramaticalização do substantivo *homem*, era, na língua antiga, uma opção para indeterminar o sujeito, como também o era o uso de ØV3PP (segundo nomenclatura de Menon (1994)), ou seja, forma verbal na 3.^a pessoa do plural, sem sujeito exposto (havia outros recursos, como a utilização dos pronomes pessoais de 1.^a do plural ou os de 2.^a, singular e plural). A utilização do pronome *se*, como recurso de indeterminação também se manifestava, como p. ex., no *Livro de linbagens do conde dom Pedro*, de fins do XIV (MATTOSO, 1980, p. 34-35), em que é largamente empregado (ao lado de algumas ocorrências de ØV3PP, dada a natureza do texto) em comparação com umas poucas de *homem*:

- (01) Os Mouros, nom se lhis olvidava aquelo porque ali veeram, ca eles refrescavam cada vez dos mogotes que estavam folgados, e feriam os Portugueses a destro e a seestro, assi que o aficamento era tamanho de todas partes que **home** nom poderia mostrar. (*Livro de linbagens do conde dom Pedro*, relato da Batalha do Salado, p. 245; negrito acrescentado)
- (02) Aquela hora foi irada de coita e de pressa aos que estavam em tal batalha, ca a sa coita dos cristãos era tam grande, com o gram trabalho que haviam, que **home** nom o poderia contar. (*Livro de linbagens do conde dom Pedro*, relato da Batalha do Salado, p. 246; negrito acrescentado)

- (03) e houveram estes filhos: ³el conde dom Gomez Nunes, que jaz em Poombeiro, na galigee (*sic*) aa parte direita quando **home** vem de fora (*Livro de linbagens do conde dom Pedro*, relato da Batalha do Salado, p. 270; negrito acrescentado)

Veiga (1959), na edição crítica do *Virgeu de consolaçon*, cujo manuscrito (Alc. CCXLIV/211, Biblioteca Nacional de Lisboa) ele situa como sendo “do último quartel do séc. XIV, ou princípios do XV” (p. XIII), faz uma análise gramatical da linguagem nele empregada. No capítulo dedicado à *Morfologia*, na seção dos Pronomes, entrada *Indefinidos*, ele arrola, entre outros, o pronome *bomen* (p. XXXVIII). Mais adiante, ao tratar da sintaxe, introduz uma seção para *Indeterminação do sujeito* (p. LXIV):

No *Virgeu* encontramos várias maneiras de indeterminar o sujeito, como sejam: verbo na terceira pessoa do plural; verbo na terceira pessoa do singular ou do plural acrescido da partícula *se*; pronomes indefinidos, entre os quais avulta caracteristicamente o emprêgo de *homẽ*; verbo no infinitivo não flexionado; certos verbos em terceira pessoa do singular, como *dizer* e *mandar*. **Às vêzes, na mesma frase, se cruzam as construções.**² Seguem alguns exemplos dos casos mais interessantes.

Verbos na terceira pessoa do plural:

Quando nos nẽbramos da nossa mjngua, averemos escusança ante Deos da nossa culpa e sofreremos mais de ligureo o mal que nos fezerem, porque aquel que nembra a vida ha mester de o sofrer?. Quando os homẽ bem cata, nõ achã hi senõ cijnsa e fedor e espantamentos e avorrecimentos dos bomẽes. V, 1934. Existem aqui duas representações de sujeito indeterminado, isto é, *homẽ* e o verbo na terceira pessoa do plural, havendo mudança, portanto, de indeterminação [...]. (VEIGA, 1959, p. LXIV)

² Negrito acrescentado.

Vemos, de um lado, que Veiga reconhece a existência de um número considerável de recursos de indeterminação e que eles podem se alternar, até na “mesma frase”. Contudo, ele não inclui entre esses recursos o uso dos pronomes pessoais de primeira (que ocorrem no texto acima citado) ou de segunda pessoa.

Na sequência, Veiga dá exemplos de ocorrências com *se* e, depois, com os verbos *dizer* e *mandar* “que fazem indeterminação ficando na terceira pessoa do singular” (p. LXV):

E diz nos ensinamentos dos apóstolos I, 167. E, segundo diz nas palavras de Salomão IV, 632. Porque na ley velha manda e diz: Nõ seras mal dizente II, 449. O preegador he chanmado luz, por el diz no Evangelho de san Matheu: vós sodes luz do mundo V, 1757. É digno de nota que o têrmo que podia servir de sujeito apresenta-se como uma circunstância de lugar.

Ocorre ainda *diz que* com sujeito indeterminado, análogo ao nosso popular *diz-que*: *E diz que o amor sancto e verdadeyro sempre ha paciencia. IV, 256. E diz nosso Senbor per Ezechiel propheta: tu, syno da sabença de Deos, cheo de sabença e muy acabado em hõrra, fuste nos plazerres do parayso de Deos, V, 1080. Observe-se que até aqui é pensamento de Ezequiel, no capítulo 28. Segue depois um pensamento conhecido de antanho, que o autor introduz por *diz que*: *E diz que en tres maneyras son agudos e sotijs en saber: a primeyra he por sotileza de natura, a segunda per uso do tempo, a terceyra he por revelação ou mostramento per dom de Deos. E diz que os angeos quando parecẽ tomã corpos ã que parecem do aar de suso, e tragen semelhança forte e clara do elemento celestial, pela qual son manifestamente mostrados aas voontades e catamentos dos homeẽs. E diz que cada hũu he creudo haverẽ dois angeos, hũu bõo e outro maaõ, e todo bẽ que fazemos he per conselbo do bõ, e o mal que fazemos vẽ per conselbo do maaõ. V. 1083.**

Se observarmos o conteúdo das frases introduzidas por *diz que*, veremos que não se trata de citação, mas de um pensamento conhecido do tempo. Acrescente-se que os dizeres acima não se encontram em Ezequiel. (VEIGA, 1959, p. LXV)

Podemos constatar que Veiga admite que o verbo na 3.^a pessoa do singular³ (o ØV3PS de Menon (1994)) é um recurso de indeterminação em português, ao arrolar a forma verbal *diz*, que ele associa ao nosso popular *diz-que*, grafado com hífen, o que representa um único vocábulo fonológico [´dis.kI]. E justifica, dizendo que não se trata de citação, que as frases em que aparecem essas ocorrências “não se encontram em Ezequiel” (p. LXV).

Depois, ainda na mesma página, o autor abre uma seção dedicada ao *Sujeito indeterminado homẽ*, que vale a pena ver em detalhe porque não apresenta uma separação das ocorrências, segundo a função sintática, o que resulta em não se distinguir o emprego do pronome indefinido *homem* e o do substantivo *homem*:

O sujeito indeterminado expresso pelo pronome indefinido *homẽ*, semelhante ao francês *on*, é característica arcaica.

Raramente aparece com artigo como sujeito no singular:

En aquel lugar se trabalha mais e cata razon pera enpeencer bu vee o homẽ *star mais forte ã bõo fecto* II, 698. (VEIGA, 1959, p. LXV)

Na abonação aduzida como exemplo de uso de homem com artigo não se trata do pronome *homem* mas sim do substantivo, pois (*o*) *homem* aí é objeto direto de “*vee*” e sujeito de “*star*”. Ora, o fato de a função sintática ser objeto direto não permite que aí seja o pronome indefinido com interpretação indeterminada, pois este não ocorre na posição de complemento. O período citado é o final de um parágrafo em que se cita Leo, papa, que fala do “*enmijgo ãtigo*” (isto é, o diabo) que é o sujeito oculto de “*se trabalha*” e de “*vee*”. Nesse caso, trata-se do substantivo, que ocorre já no parágrafo anterior:

³ Raramente a forma verbal de 3.^a pessoa do singular é considerada como recurso de indeterminação nas gramáticas e manuais escolares. Para essa discussão, remeto a Menon (1994).

Cada dia o diaboo temta **o homẽ**. [...] e muitas vezes acontece que no tẽpo da necessidade comple o diaboo **ao homẽ** o negocio da sua necessidade e aquelas cousas põe ante o olho **do homẽ** aas que vee que mais he a ssua voontade abaixada, por que per semelhança de virtude o possa vencer. (VEIGA, 1959, p. 42, II, 676-683; negritos acrescentados)

Pode-se falar em substantivo, não em pronome, por causa da determinação marcada pelo artigo: *bomem* aí está por metonímia, pela humanidade, pelo conjunto dos cristãos, de que ele é um elemento = o/um ser humano (cristão).⁴

Na página seguinte, em que Veiga dá os casos de “colocação” de *bomem*, os exemplos são todos sem artigo. Quando menciona as “locuções de verbo auxiliar mais infinitivo”, em que o pronome “encontra-se interposto ou anteposto a elas”, apresenta exemplos em que aparecem casos de *bomem* antecedido de artigo, mas não os grifa como indeterminação; a esta pertencem os dados sem artigo:

Qualquer cousa que sobre o etẽdimento do homẽ seja ou venba, e que homẽ nõ pode pensar II, 104. *En esto parece a vootade do homẽ, se homẽ pode star de firme voontade* III, 182. *Jegũu cõ esmolla he doblez ben e mercee, e sen esmolla he nõbũu ben, se o homẽ pode fazer* IV, 663. *Coraçon que ama pode veer e entender das cousas de Deos quanto homẽ nõ pode falar* V, 331. Outros exs.: II, 104; V, 589, 2107. (VEIGA, 1959, p. LXVI)

A partir da distinção entre a ocorrência com artigo (determinada) e a sem artigo (recurso de indeterminação), vamos tentar analisar o que aconteceu com a forma *bomem* como recurso de indeterminação do sujeito (= do referente) em português.

⁴ A respeito da diferença entre *indefinição/definição* e *indeterminação*, ver Menon (1994, p. 127-134).

2. Quando *homem* começa a alternar com o *homem*?

Graças a uma edição crítica da obra *Castelo perigoso*, podemos talvez deslindar, em parte, as razões e a época do desaparecimento da forma pronominal *homem*.

A editora utilizou dois manuscritos da versão portuguesa (Alc. 199 e 214, Biblioteca Nacional de Lisboa), situando temporalmente o Alc. 199 na primeira metade do séc. XV, e o Alc. 214 como uma cópia tardia do primeiro, feita em finais dos anos quatrocentos ou início dos quinhentos. Tomando sempre como base da edição o Alc. 199 (designado pela sigla *A*), ela põe em aparato crítico (notas de rodapé) as diferenças encontradas na cópia (Alc. 214, designado pela sigla *B*). Aí vamos encontrar uma diferença fundamental no tratamento dado às ocorrências de *homem*: o copista, muitas vezes, registra esse pronome antecedido de artigo, cf. *Per preguiça caae homem⁴ em oçyosidade, que he causa de muytos malles, porque quando homẽ⁵ está oçioso, entom veem as tentações do diaaboo* (*Castelo perigoso*, 2001, p. 103). No aparato crítico, as notas 4 e 5, correspondentes aos números superscritos nos trechos citados (chamadas que serão sempre reproduzidas nas citações, ainda que não se faça sempre comentário a respeito) apresentam a informação “*ante ad. ho B*”, que significa “adicionado o artigo *ho*, antes de *homem*, no ms. *B*”.

Além das ocorrências (numerosas) de *homem*, aparecem abonações de *o homem*, *os homens*, do substantivo *homem* modificado tanto por artigos e pronomes indefinidos como por adjetivos e orações relativas.

Vejamos, no Quadro I, um excerto do *Castelo perigoso*, no qual podemos verificar a alternância das formas em estudo:⁵

⁵ Embora a editora somente registre a variante de *B* nas notas do aparato crítico, repeti o texto de *A*, inserindo no local correspondente a alternância verificada em *B*.

1. *homem* nos dois manuscritos;
2. **o homem** nos dois manuscritos;
3. **Ø homem** no ms. *A* e **o homem** no ms. *B*.

QUADRO I

Cotejo da variação das ocorrências de *homem* × *o homem*
no *Castelo perigoso*

Ms. Alcobacense 199 (A) 1ª met. do séc. XV	Ms. Alcobacense 214 (B) Finais do séc. XV ou começo do séc. XVI
<p>Per guarguntoiçe peca o homem em çinquo maneiras, scilicet, em comer ante d[o]ra, quando per gulla a nom quer nem pode aguardar. /VIIIr/ E em comer muyto triguoso, e em cobiiçar e buscar viandas preçadas e deleitosas e bõos vinhos e fortes. E em muito comer e beber em quantitydade, tanto que a natureza se agrava e <i>homem</i> serve Deos peor. Ou quando <i>homem</i> se revessa, quando come muyto açedado e mui golosamente e muyto asinha, assy que per triguãça mastigua mall sua vyãda. E quando Ø homem see muy longamente aa mesa por joguetar ou por cuidar ou por se longuamente deteer em seus viços, este he gram pecado. Quando Ø homẽ mete grande estudo e faz gram custa em aparelhar suas viandas com salssas custosas. Assy peca muy gravemente a pessoa que há hidade e quebra os jejuũus de sua hordem. Per gula caae Ø homem em muyto fallar, que he fea cousa aos relligiosos; des y em detrauço e em murmuraço, e em çujas palavras, e em vytuperyos, e em louçaynha da carne, e em trazeres desordenados, e villaãs conteneças. (cap. XII, p. 106-107)</p>	<p>Per guarguntoiçe peca o homem em çinquo maneiras, scilicet, em comer ante d[o]ra, quando per gulla a nom quer nem pode aguardar. E em comer muyto triguoso, e em cobiiçar e buscar viandas preçadas e deleitosas e bõos vinhos e fortes. E em muito comer e beber em quantitydade, tanto que a natureza se agrava e <i>homem</i> serve Deos peor. Ou quando <i>homem</i> se revessa, quando come muyto açedado e mui golosamente e muyto asinha, assy que per triguãça mastigua mall sua vyãda. E quando o homem see muy longamente aa mesa por joguetar ou por cuidar ou por se longuamente deteer em seus viços, este he gram pecado. Quando o homẽ mete grande estudo e faz gram custa em aparelhar suas viandas com salssas custosas. Assy peca muy gravemente a pessoa que há hidade e quebra os jejuũus de sua hordem. Per gula caae o homem em muyto fallar, que he fea cousa aos relligiosos; des y em detrauço e em murmuraço, e em çujas palavras, e em vytuperyos, e em louçaynha da carne, e em trazeres desordenados, e villaãs conteneças.</p>

Podemos constatar que as três modificações do terceiro tipo de alternância em *B* tendem a considerar que se trata do substantivo *homem* e que, nessa época da língua, já deveria estar ocorrendo o uso banalizado a que se refere Said Ali (1964, p. 123), quando historia a origem do artigo em português. Depois de dizer que o artigo se origina do demonstrativo latino *ille/illa/illud*, formas que teriam dado, respectivamente, *ele/ela/el* e *lo* (as duas últimas, provenientes de *illud*), o autor afirma que, desde a mais remota fase da língua, já sem vestígios do radical, apareciam sob a forma reduzida “átona o, a (escrito às vezes *ho, ha*)”, acompanhando qualquer substantivo:

A função demonstrativa pode perceber-se ainda em dizeres nos quais, ou pelo contexto, ou por juntar-se ao nome algum qualificativo ou frase equivalente, se aponta o ente ou entes de que se trata. Mas esta função se amorteceu **desde que se tornou costume o antepor, sem grande necessidade, a qualquer substantivo o vocábulo o, a**, tornando-o seu companheiro quase inseparável. Desde então, passou o demonstrativo a ser artigo. (SAID ALI, 1964, p. 123, § 590; negrito acrescentado)

Essa ação faria parte já da competência linguística dos falantes, num processo que levaria o copista a inserir automaticamente o artigo, se ele não estivesse bem atento à forma do original a copiar. No entanto, quando observamos a frase inicial do excerto reproduzido no Quadro I podemos constatar que a presença do artigo junto a *homem* já aparecia no próprio ms. A. Isso pode ser verificado, examinando-se a frase introdutória do excerto do Quadro II, exatamente no mesmo contexto, em que não ocorre artigo:

QUADRO II

Cotejo da variação das ocorrências de *homem* × *o homem*
no Castelo perigoso

Ms. Alcobacense 199 (A) 1ª met. do séc. XV	Ms. Alcobacense 214 (B) Finais do séc. XV ou começo do séc. XVI
<p>Per luxuria peca Ø homem per desvairados modos. Primeiro /VIIIv/ pollo feito, que he em pessoa relligiosa muy feo e villaão pecado. E as pessoas que em tall çugidade se leixam acostumar, maravilha he se nunca o de sy podem lançar, ante fazem em elle fim de suas vidas. Em maa [h]ora foi naçida a pessoa de relligiom que de tall pecado he sojuguada, se asinha se nom repreende e emmêda per verdadeira contriçom e confissom e satisfaçom, ca Deus tem senpre os braços abertos pera receber os pecadores a[a] misericordia. E assy peca Ø homẽ per outras maneiras como pollo feito: primeiro, quando a cobiiça do pecado hé no primeiro movimento ante que a razõ se perçeba bem; isto he pecado veniall. Des y, quando Ø homem consente d´estar longamente nos çujos pensamentos e maas deleitações de luxuria, que a razõ bem entende, e se leixa estar açiinte em estes viis deleitos; isto he pecado mortall, e ainda que homem nom queira fazer per obra per nêhũa guisa, Des y, quando homem consente ao feito do pecado que de boamente o faria se ouvesse tempo e lugar; isto he pecado mortall. E quando hũa pessoa esguarda a outra aficadamente com grande ardor de luxuria e a cobiiça, este he ainda mayor pecado, porque com o maaõ pensamento vem o maaõ oolhar. Item, quando com o pensamento e</p>	<p>Per luxuria peca o homem per desvairados modos. Primeiro pollo feito, que he em pessoa relligiosa muy feo e villaão pecado. E as pessoas que em tall çugidade se leixam acostumar, maravilha he se nunca o de sy podem lançar, ante fazem em elle fim de suas vidas. Em maa [h]ora foi naçida a pessoa de relligiom que de tall pecado he sojuguada, se asinha se nom repreende e emmêda per verdadeira contriçom e confissom e satisfaçom, ca Deus tem senpre os braços abertos pera receber os pecadores a[a] misericordia. E assy peca o homẽ per outras maneiras como pollo feito: primeiro, quando a cobiiça do pecado hé no primeiro movimento ante que a razõ se perçeba bem; isto he pecado veniall. Des y, quando o homem consente d´estar longamente nos çujos pensamentos e maas deleitações de luxuria, que a razõ bem entende, e se leixa estar açiinte em estes viis deleitos; isto he pecado mortall, e ainda que homem nom queira fazer per obra per nêhũa guisa, Des y, quando homem consente ao feito do pecado que de boamente o faria se ouvesse tempo e lugar; isto he pecado mortall. E quando hua pessoa esguarda a outra aficadamente com grande ardor de luxuria e a cobiiça, este he ainda mayor pecado, porque com o maaõ pensamento vem o maaõ oolhar. Item, quando com o pensamento e</p>

oolhar se mestura maas fallas que homem rogua aa molher /IXr/ e ella o escuita de boamente, ou que ella diz palavras per que homem pode claramente conheçer sua maa voontade. (cap. XIII, p. 107-108)	oolhar se mestura maas fallas que homem rogua aa molher e ella o escuita de boamente, ou que ella diz palavras per que homem pode claramente conheçer sua maa voontade.
--	--

Constata-se, assim, que o próprio ms. A já alternava ambos os modos de expressão – ora empregava *bomem*, ora o *bomem*: “Per guarguantoioçe peca o **homem** em çinquo maneiras” × “Per luxuria peca Ø **homem** per desvairados modos”.

Esse fato pode nos balizar a época em que o *caráter genérico* do recurso de indeterminação se tornou *opaco*: em *B*, poderíamos considerar que o copista interpreta a ocorrência como sendo o substantivo *bomem* que, no português de sua época, já precisava ser especificado com o artigo definido. De outra parte, porém, podemos conjecturar que o copista já levaria em consideração que *bomem* representaria o *bomem*, metonímia por *os homens*, *a humanidade*, *todos os homens*, ou por *a geração humanal*, como se dizia então. São muitas as ocorrências de *geração humanal* em textos medievais: *Mas que fêz o ãmigo da geeraçom humanal? Houve-me enveja, porque viu que o Senhor Deus me fazia muitas graças* (BOOSCO DELEITOSO, 1956, p. 306); *Hoje é a solepnidade do Spíritu Santo (...) porque hoje começou de mostrar singular benignidade aa geeraçom humanal* (*O livro de vita Christi*, CARTUSIANO, 1957, p. 87, col. 1); *E porẽ diz meestre Oda que este nome de Jhesu he oleo espargido ãnas chagas da jeeraçõ humana(l)* (ORTO DO ESPOSO, 1956, p. 5).

Na edição crítica⁶ d’*O cathecismo pequeno de d. Diogo Ortiz*, Branco da Silva, cotejando agora o manuscrito *P* (ms. 1738,

⁶ A editora publicou os dois livros no mesmo ano: novembro de 2001. Como lemos primeiro o *Castelo*, vimos na contracapa desse livro, na lista de volumes já publicados pela Editora Colibri na coleção “Obras Clássicas da Literatura Portuguesa – Literatura Medieval”, a referência ao *Cathecismo*. No entanto, a editora não tece, no *Castelo*, o menor comentário sobre o *Cathecismo*, embora ele tenha sido produzido anteriormente como dissertação de mestrado, em 1997.

da Biblioteca Pública e Municipal do Porto), que ela considera autógrafo (O CATHECISMO, 2001, p. 15), e versão impressa *L* (datada de 1504) da única edição conhecida da obra, também assinala, no aparato crítico, as diferentes ocorrências de *homem*. Do ponto de vista da composição, a editora situa o texto manuscrito entre ca.1499 e 1504, ano da impressão. No entanto, apesar de fazer uma análise linguística (p. 15-126) no estudo que antecede a edição do texto (p.131-288), não atenta para o fato de *homem* vir alterado na versão impressa, antecedido do artigo. No aparato crítico, p. ex., na nota 12, informa: “o: *om. P*”, isto é, caracteriza a divergência como omissão no manuscrito, que é mais antigo que a versão impressa! Vejamos o trecho em questão em (04):

- (04) A caridade faz que este fim ultimo reputemos como sũmo bem nosso, pollo qual lhe teemos amor e affeiçã, porque **o**¹² **homẽ** nõ tem incrinaçã ao que nõ conhece, ou lhe nom parece possível, ou lhe nom teem affeiçã. (O CATHECISMO, 2001, p. 135, f. 3v; negrito acrescentado, número sobrescrito como marcação de nota no original)

A editora faz menção a uma prática corriqueira na época, a de que algumas correções ocorreriam dentro das oficinas de impressão. Mas não aprofunda a questão, dizendo não haver levantamentos suficientes para tal estudo (O CATHECISMO, 2001, p. 104, 116-117, 126). Também não diz que a alteração de *homem* para *o homem* poderia ser um desses casos. O mais estranho nisso é que a editora considera *omissão do artigo* no texto mais antigo, desconsiderando o fato de que o pronome *homem* (sem artigo) era um recurso de indeterminação em uso na Idade Média. O aparato devia fazer menção mais condizente com a história dessa forma na língua: “o: *acrescentado em L*”. A corroborar isso, vejamos o que ela diz, a despeito de possíveis lapsos que poderiam ter “escapado a uma revisão mais atenta”: “registámos inúmeras situações de inclusão do artigo com função de determinativo: *E, porque ho homẽ he creado pera outro fim sobrenatural em quẽ deve emderẽçar suas obras, he necessario conbecimento deste fim*”

(p.115, sublinhado da editora). Vemos que ela considera, realmente, *bomem* como substantivo que necessita de artigo para demonstrar a determinação.

Nas outras ocorrências de *bomem* n’*O cathecismo pequeno* tanto pode haver a inserção do artigo na versão impressa, conforme, p. ex., (05) e (06):

- (05) ¶ Do sobredito craramēte /59r/ parece que dōde nom há caridade, nō há perdom dos pecados veniaes porque nō pode aver fervor de caridade, e quē está em pecado mortal nō pode aver perdō do pecado venial, e como os pecados veniaes ligeiramēte e em muitas maneiras se cometē, asi teñ muytos remedios e ligeiros, e pode **ho**⁴⁸⁹ **homē** sayr de um pecado venial ficādo em outro, ho que nō pode ser em os pecados mortaes. [Nota 489: ho: *om. P*] (O CATHECISMO, 2001, p. 248, f. 59r; negrito acrescentado, número sobrescrito como marcação de nota no original)
- (06) ¶ Ho doom do entendimento faz o entēdimēto humano penetrar e conhecer algūas cousas que per lume natural nō se podem alcançar pera creer e obrar. Contra ho qual he çeguedade, que he enteira privaçã, e boteza, que he fraqueza do etēdimēto pera cōsiirar as cousas spirituaes. E, emtã, he pecado quādo **ho**⁵¹⁹ **homē** teem tanta affeiçam aos beēs corporaes, que he negrigēte ou teē fastio de consiirar as cousas spirituaes. [Nota 519: ho *om. P*] (O CATHECISMO, 2001, p. 255, f. 62r; negrito acrescentado, número sobrescrito como marcação de nota no original)

como não acontecer tal inserção, conforme (07) e (08):

- (07) ¶ Ho terceiro, notaremos que ho acto interior da fee he creer, e ho exterior he cōfessar **homē** de fora, ho que, de coraçam, cree. (O CATHECISMO, 2001, p. 138, f. 5r; negrito acrescentado)

- (08) ¶ Esta doutrina e conhecimẽto recebe **homẽ** successivamente, segũdo a maneira de sua natureza, como quẽ aprende. (O CATHECISMO, 2001, p. 140, f.6r; negrito acrescentado)

Do total de 26 ocorrências de *homem* como recurso de indeterminação n’*O cathecismo pequeno*, um terço (9 casos) é de inserção do artigo na versão impressa; aproximadamente dois terços (15 casos) mantêm o uso do pronome e 2 casos são de uso diferenciado, pois fazem parte de uma estrutura sintática em que *homem*, aparentemente,⁷ não exerce a função de sujeito – cf. abaixo (09) com *homẽ* tanto em *L* quanto em *P* e (10) com artigo em *L*:

- (09) ¶ Deve o christaão apartar de si este desejo dos beẽs tẽporaes porque nõ teẽ cabo, *fazẽ **homẽ inquieto***, e as riquezas ajuntadas som sem proveito. (O CATHECISMO, 2001, p.196, f. 33r; itálico e negrito acrescentados)
- (10) ¶ As obras que de sua natureza som boas, feitas em pecado mortal nõ mereçẽ nada ante Deos, pero a misericordia divinal dá por ellas lume e ajuda pera mais asinha sayr do pecado, dá beẽs tẽporaes, tira de muytos periiguos, *faz **ho**⁶¹⁸ **homeẽ beẽ acostumado***, emfrea o poder do diabo, em ho inferno nõ penará tâto porque emquanto fez beẽ leyxou de mal fazer. [Nota 618: ho *om.P*] (O CATHECISMO, 2001, p. 275, f. 73r; itálico e negrito acrescentados, número sobrescrito como marcação de nota no original)

⁷ Digo *aparentemente* porque é possível ter a estrutura desenvolvida *faze homẽ ser inquieto e faz ho homẽ ser beẽ acostumado*. Se pensarmos que o autor tenha tido influência do latim em alguns momentos da sua escritura, como assevera Branco da Silva: “[...] não deixa de ser menos evidente que, embora não tendo utilizado praticamente a língua latina para expressar algumas matérias, certas formulações revelam, quer a nível lexical quer sintáctico, que seria esta a língua em que habitualmente se expressava” (O CATHECISMO, 2001, p. 82), esse poderia ser um dos casos, visto que o latim raramente empregava o verbo *esse* nas predicções.

3. Desgramaticalização, indeterminação ou indefinição?

Podemos inferir daí que a indecisão em marcar *o homem* como determinado já fazia parte da (in)consciência linguística do falante do início do séc. XVI: o sentido de *homem*, indeterminador, aparentemente já se esvaía, na transmissão da língua. O escriba, no caso da cópia do *Castelo perigoso*, e o tipógrafo, na composição d’*O cathecismo pequeno*, ou o revisor, ora prestavam mais atenção ao original, ora davam curso à própria competência linguística de falantes de um português diferente já daquele em que a composição fora feita.

Na interpretação dos fatos linguísticos que antecede a edição crítica do *Castelo Perigoso*, BRANCO DA SILVA considera que *homem* é substantivo, tentando escalonar o como o autor se direcionaria aos leitores, do mais indefinido (“expressões indefinidas”) ao mais pessoal (“vós”):

Isso mesmo se depreende da leitura de alguns passos do primeiro tratado, *Castello Periiguoso*, cujas formas de relacionamento com o destinatário são suficientemente abrangentes para deixarem presumir uma multiplicidade de leitores. [...] *a devota pessoa* [...] *devotas creaturas* [...].

Este procedimento, manifesto no uso de expressões indefinidas como “devota pessoa” e “devotas creaturas”, é frequente ao longo deste tratado e apresenta ainda outras formas de concretização. Assim, na teorização que acompanha a definição do pecado da inveja, a dado trecho afirma-se que *Per enveja peca homem senpre* [...].

Nos outros tratados tão pouco (*sic*) se faz qualquer referência mais directa a um destinatário específico. No tratado da conheçença de sy e de Deus as menções são bastante genéricas, como a que ocorre no seguinte excerto: Quem bem esguardar [...]

No entanto, a par destas formas indefinidas, é ainda possível encontrar outras formulações que imprimem uma tonalidade mais pessoal ao discurso e o tornam mais próximo de qualquer leitor: *Nós devemos deixar de pecar por quatro*

cousas (cap. LXXXVI). Atente-se ainda num outro passo. *Devemos aynda de fazer quatro romarias ao dia* (cap. LXXXVIII).

Nesse mesmo tratado. o longo capítulo reservado ao exame de consciência inclui uma panóplia de expressões que também têm em vista uma diversidade de leitores, expressões essas que vão desde o uso mais indefinido concretizado em formulações pronominais acima mencionadas, *Quem em conhecimento de seu Criador e em boa vida quer aproveitar* (cap.LXXXIX), passam por outras dependentes do substantivo “homem”. *E, porque nom be cousa que tanto enpeeça a se homem bem conhecer* (id.), até o uso de formas de relacionamento mais directas: *Estas sam as cousas do mundo que vós devees leixar atras e entraae em vossos corações, e assy os verees cheos de pecados* (id.).

A meditação nos diversos momentos da Paixão vem confirmar o vasto leque de leitores que a obra se propõe alcançar: *Disto se nõ pode escusar crelligo nem leiguo, homem nem molber, pobre nõ rico que ligeiramente nom aprenda esta çiençia [...]*

Se bem que esta diversidade de destinatários seja habitual nos *Tratados Cartusianos*, ela não é todavia constante. Na verdade, outras situações se observam, bastante mais interessantes, sobretudo no *Livro do Castello*, em que a actuação do clérigo surge particularizada perante a do secular. [...]: *da luxuria e de como este pecado be mais grave fecto em os religiosos e religiosas*. Essa particularização é depois retomada na sequência expositiva: *Per luxuria peca homem per desvairados modos. Primeiro pollo feito, que be em pessoa relligiosa muy feo e villaão pecado*. E o final do mesmo capítulo confirma-a: *Em maa [b]ora foi naçida a pessoa de relligiom que de tall pecado be sojuguada* (cap.XIII).

A sentença que dá por terminada a exposição relativa ao pecado da gula, se bem que expressa com a mesma simplicidade, não é menos elucidativa, pois também ela reserva um lugar à parte para o religioso: *Per gula cae homem em muyto fallar, que be fea cousa aos relligiosos*. (CASTELO PERIGOSO, 2001, p. 41-43, cap. XII).

Essa longa citação é necessária para discutirmos a questão da *indeterminação* do sujeito (= referente), *versus* a *indefinição*, conforme Menon (1994, p. 127-134) e Menon (2006, p. 125-167). Nesses dois trabalhos defendo que somente há *indeterminação* (do referente) quando existe o caráter *genérico* na expressão. Qualquer tentativa de *especificação* (p.ex, o emprego de oração relativa, de adjetivação [como acima, em “a devota pessoa”]), *quantificação* (p. ex. *um homem, os homens*) ou *extração* (de um conjunto: *um/algum homem, um/algum indivíduo; aquele que, um dos que, cada um; o pecador; o cristão, o religioso*) caracteriza a *indefinição*.

Assim, nessa ótica, *homem* preencheria o quesito de *genericidade* da *indeterminação*. O teste mais categórico para se verificar se uma dada expressão é indeterminadora, é comutá-la por *se*: se o sentido for/permanecer indeterminador, pode se considerar que a forma em questão é um recurso de *indeterminação*. Quando na língua arcaica se utilizava *homem*, fazia-se referência ao genérico, isto é, a qualquer ser humano. Esse recurso de *indeterminação* do referente era empregado ao lado de verbo na 3.^a pessoa do plural (ØV3PP), de construções com *se* indeterminador, e voz passiva sem agente (VPSA) e, ainda, da chamada voz passiva sintética (VPassint). Quando a noção de *genericidade* se perdeu, passou-se a empregar (*o*) *homem* como *determinado*, isto é, como *representante* do conjunto de seres denominado *humanidade*, por metonímia (a parte pelo todo), acrescentando-lhe o artigo determinador (definido). Parece que concorreu para isso um emprego cada vez mais intenso das construções com *se*.

Conforme Naro (1976, p. 803), “[a]s has been noted in the philological literature, *homem* disappeared from the language at just about the time that the *se*- impersonal first appeared ([Said] Ali 1966:98; Rodrigues, p. 183; for Spanish, see Brown 1931:725)”. Visto que ele situa a origem dessa construção no período clássico da língua – ca. 1450 (NARO, 1976, p. 779) – e não dá o texto de

Said Ali, reproduzo-o abaixo (dada a raridade da obra), a partir da quinta edição das *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de 1956 (a primeira edição é de 1908):

Os Portugueses não tinham necessidade de transpor os Pirineus e inspirar-se em um pronome indefinido estrangeiro. Possuíam eles próprios o pronome *homem*, nada inferior a êsse on francês que mais tarde devia ser o bode expiatório da pouca sagacidade dos gramáticos. No domínio do português antigo floresceu tal pronome e com vantagem, ao lado de fórmulas com o reflexivo *se*. Por fim foi-lhe desaparecendo a vitalidade e **na era quinhentista sucumbia de todo afogado pela expansão do pronome *se* que**, como vimos anteriormente, **já então se usava quer em verbos transitivos, quer com os intransitivos**. Se o nosso pronome indefinido fôsse coisa imprescindível, se para a manifestação do pensamento sentíssemos necessidade de nos acostarmos, de algum modo a êle, com certeza a língua não o deixaria extinguir-se tão pronta e tão facilmente e, com maioria de razão, não iria buscar seu equivalente no estrangeiro. A forma reflexiva estendeu-a o povo a certos modos de dizer com que ideólogos e gramáticos antipatizam; mas isto havia de dar-se fatalmente, quer existisse o idioma francês, quer nunca tivesse existido. (SAID ALI, 1956, p. 100; negritos acrescentados)

Assim, no entender de Said Ali, *homem* teria desaparecido a partir do séc. XVI. Ora, as duas obras aqui estudadas (*Castelo perigoso* e *O catbecismo pequeno*), que demonstram já instabilidade no emprego de *homem*, são anteriores aos quinhentos. E no *Castelo*, aparece inclusive a variante condenada pelos gramáticos (cf. abaixo (11) a (13), com o verbo no singular) e uma construção, em (14), que se encaixaria na estrutura da dita passiva sintética com agente da passiva (itálicos e negritos acrescentados):

- (11) Item, quando com o pensamento e oolhar [*sic*]⁸ *se mestura maas fallas* (CASTELO PERIGOSO, 2001, p. 108, ms. A)
- (12) Capitollo CV, em que *se acaba* os **sete embargos** (CASTELO PERIGOSO, 2001, p. 255, ms. A)
- (13) Pello “terre motus” se entende a multidoõe dos pecadores. Na squiridom do soll *se entende os arçebispos e bispos*, nos quaaes a quemtura da caridade e ho alomeamento de boa doutrina falecem, porque mais amam seu proveito que o de Jhesu Christo. (CASTELO PERIGOSO, 2001, p. 222, ms. A)
- (14) Isto *se pode* bem provar **per muytos enxenpros**, dos quaaes escrepveremos dous, e abasta. (CASTELO PERIGOSO, 2001, p. 230, ms. A, verbo corrigido para *abastam* em B)

Ora, o verbo no singular de (12) é corrigido em *B* para “se acabam”; porém, o de (11) e o de (13) permanecem intocados: descuido do copista? Ou reflexo da competência linguística de um falante daquela época, para quem o que viria depois do verbo na construção com *se* já era interpretável como objeto direto e não mais como sujeito? A substituição, em *B*, de “homem lee” por “se lee”, efetuada pelo copista em (15) e em (16), apresentados mais abaixo, também demonstra que a construção em *se* já seria preferida (senão a normal) no séc. XV para indeterminar o sujeito (o referente).

Outrossim, no *Castelo*, mais antigo que *O catbecismo pequeno*, ocorre um fenômeno interessante: nas 120 páginas iniciais do texto, da p. 79 até a p. 200, são raras as ocorrências de

⁸ Essa observação de estranheza é da responsável pela edição crítica: citei exatamente como estava no original. O estranhamento parece estar relacionado à dúvida de se tratar de *o olbar* escrito junto ou se seria *oolbar*, grafia com o duplicado.

indeterminação com *se* (16 dados); a partir daí, nas outras 120 páginas, elas são bem mais frequentes, na razão de um para três: 49 casos até a p. 320.⁹ Além disso, aparece também o que denomino *pares mínimos*, noção emprestada da fonologia: duas ocorrências em exatamente o mesmo contexto. Mas, diferentemente da fonologia, aqui *par mínimo* significa que as duas variantes são empregadas já com idêntico significado (ou mesmo referente). Vejamos alguns exemplos (negritos acrescentados):

- (15) a. E segundo **homem lee** no Livro da Sapiência (CASTELO PERIGOSO, 2001, p. 238; ms. A)
- (15) b. [E] segundo **se lee** [no Livro da Sapiência] (CASTELO PERIGOSO, 2001, p. 238; corrigido em *B*, nota 11)
- (16) a. E em feçura desto **se lee** no Jenesi (CASTELO PERIGOSO, 2001, p. 262; ms. A)
- (16) b. [...] assy como **homem lee**, no terceiro Livro dos Reis (CASTELO PERIGOSO, 2001, p. 263; ms. A)
- (16) c. [assy] como **se lee** terceiro Livro dos Reis (CASTELO PERIGOSO, 2001, p. 263; corrigido em *B*, nota 7)
- (17) a. Pello “terre motus” **se entende** a multidoõe dos pecadores. Na squridom do soll **se entende** os arçebispos e bispos, nos quaaes a quemtura da caridade e ho alomeamento de boa doutrina falecem, porque mais amam seu proveito que o de Jhesu Christo. (CASTELO PERIGOSO, 2001, p. 222; ms. A)

⁹ Esse fato seria devido à utilização de dois originais diferentes? A primeira parte teria sido copiada de um texto e a segunda de outro? Como o ms. *B* é cópia de *A* e não existem, segundo a editora, outras cópias em português, não há como se verificar se tal teria ocorrido.

- (17) b. Pella mudaçom da lũa em sangue Ø **devemos de entender** os abades e priores que nom ham tall cuidado de seus sogeitos como de suas carnalydades. (CASTELO PERIGOSO, 2001, p. 222; ms. A)

As correções efetuadas em *B* evidenciam um avanço no uso da construção com *se* que, no entanto, já aparece em concorrência direta com *bomem*, no ms. *A*, como evidencia os dados de (16). Também se constata a alternância *se* ~ *nós*, no par mínimo (17). Essas inovações estariam, assim, alijando o emprego do pronome *bomem* na marcação da indeterminação já no decurso do século XIV.

Ao contrário do que afirma Branco da Silva, o uso de um *tu* ou de um *nós* ou de outros pronomes pessoais não implica, necessária e primariamente, um grau de pessoalidade maior. Mesmo o exemplo de *vós*, aduzido pela editora, pode ser indeterminador,¹⁰ se forem preenchidas as condições de teste da indeterminação.¹¹ Um exame rápido dos dois textos (*Castelo perigoso* e *O cathecismo pequeno*) deixa entrever¹² que boa parte dos empregos de pronomes pessoais não corresponde a uma interpelação ao interlocutor, ou alusão a possíveis leitores, mas se referem a situações genéricas, em que tanto *tu*, como *nós*, ou *vós*, ou *eles* (nos textos antigos sob a forma ØV3PP) ou, ainda, ØV3PS (verbo na 3.^a pessoa do singular), não se referem às pessoas do discurso, são expressões da genericidade.

¹⁰ Como, hoje, há o emprego de *você* indeterminador: “enquanto no Classicismo *você* novamente *vê* bosques geométricos” (EF/66/81/541/M1), “bom ... na medicina *você* tem as salas de aula que são anfiteatro, né?” (D2/174/210/1261/M3), “*você* abre a... aquela parte verde ... e põe assim a unha *você* *vê* que está macio” (DID/93/111/198/F2) – dados do NURC/SP analisados em Menon (1994, p. 188 e 239).

¹¹ Ver descrição detalhada em Menon (1994, p. 140-188; 2006, p. 125-167).

¹² Não é objetivo deste estudo fazer a análise de todos recursos de indeterminação nas fases mais antigas da língua.

Temos que considerar ainda um outro bloqueador da interpretação de *bomem* como recurso de indeterminação: é o fato de *o bomem* ser empregado, desde longa data, em português, como um recurso metonímico para fazer referência seja à *humanidade* em geral, seja em lugar do plural *os bomens*.

Isso se deve à possibilidade de, em português, podermos expressar o indefinido (ou a indefinição) por meio do substantivo singular sem artigo, como em (18), (19) e (23), do substantivo plural sem artigo definido, como em (21), (22) e (24), ou, ainda, com artigo indefinido junto a substantivo singular, como em (20), ou plural, como em (22). Os exemplos são de construções possíveis no português do Brasil, ouvidas e/ou vistas por esta autora, em situações e lugares diversos (negritos acrescentados):

- (18) **Feijão** é bom para a saúde.
- (19) **Feijão com arroz** é o prato de resistência dos brasileiros.
- (20) **Um feijão(zinho)** bem temperado é irresistível.
- (21) **Arroz com legumes** é bom acompanhamento para **carnes**.
- (22) **(Uns) legumes cozidos e refogados** na manteiga acabam com qualquer fome.
- (23) **Política linguística** para a América Latina ou
- (24) **Políticas linguísticas** para a América Latina.

4. À guisa de conclusão

Como este estudo é parte de um trabalho maior, com busca de mais fontes para levantamento de dados que demonstrem (i) um incremento no uso das construções com *se*; (ii) abandono paulatino de pronome *bomem* como recurso de indeterminação e (iii) emprego maior de *o bomem* como metonímia de os seres

humanos,¹³ os fatos aqui apresentados são uma reflexão inicial para analisarmos se, de fato, ocorre um caso de *desgramaticalização* em português.

Se considerarmos que *bomem*, já *gramaticalizado* na língua antiga como *pronome* (categoria secundária), de largo emprego até o séc. XV, passa a receber a adição de um artigo, que o guinda à posição de sintagma nominal (categoria primária), isso representaria o caminho no sentido inverso, ou seja, a *desgramaticalização*. Entretanto, há muita relutância em aceitar que um tal processo possa acontecer, dada a *unidirecionalidade* da gramaticalização, como defende Reighard (1978, p. 409):

Cada vez que uma mudança sintática implica uma mudança gramatical, tal mudança de categoria, pelo menos na história do francês, se fará sempre **segundo uma hierarquia de categorias e numa só direção nessa categoria**. Nós veremos, por exemplo, que um membro de categoria lexical maior (como verbo ou adjetivo) pode se tornar membro de uma categoria secundária (auxiliar, determinante ou pronome), assim como um membro de uma categoria secundária pode se tornar membro do que se poderia chamar uma categoria terciária (afixos, clíticos). Entretanto, os membros dessas categorias terciárias, se podem desaparecer completamente, **não podem passar para outra categoria**. (Negritos acrescentados, tradução da autora)

Parece que o princípio, *mutatis mutandi*, se aplicaria ao caso de *bomem*: um elemento gramaticalizado como categoria

¹³ No ms. A do *Castelo*, há 40 casos de *o bomem* (englobadas todas as funções sintáticas em que ocorre); 21 de *os homens* (*idem*), contra perto de 340 de *bomem* (todos na posição de sujeito). Há ainda, 36 casos do substantivo *homem* com modificadores, como *todo bomẽ*, *cada buũ bomẽ*, *bomem mortall*, *buũ grande bomem...*

secundária: não poderia voltar a ser da categoria primária, dada a irreversibilidade do processo de gramaticalização.¹⁴

Uma outra interpretação do desaparecimento de *homem* seria a de uma mudança encaixada: o maior emprego da construção com SE teria, como repercussão no sistema, um declínio no emprego de *homem*, associado também a um maior uso de *o homem* como representante, por metonímia, do conjunto dos seres humanos. E assim, estaria selado o destino de *homem* ...

Referências

Boosco deleitoso. Edição do texto de 1515, com introdução, anotações e glossário, por Augusto Magne. Vol. I: texto crítico. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1950.

BROWN, Charles Barret. The disappearance of the indefinite *hombre* from Spanish. *Language*, Baltimore, v. 7, n. 4, p. 265-77, 1931 *apud* NARO (1976).

Castelo Perigoso. Edição crítica por Elsa Maria Branco da Silva. Lisboa: Colibri, 2001. (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Literatura Medieval, 124)

CARTUSIANO, Ludolfo. *O livro de vita Christi em linguagem português*. Ed. fac-similar e crítica do incunábulo de 1495 cotejado com os apógrafos, por Augusto Magne, S. J. Vol. I. Rio de Janeiro: MEC/ Casa de Rui Barbosa, 1957.

O catbecismo pequeno de d. Diogo Ortiz, Bispo de Viseu. Estudo literário e edição crítica por Elsa Maria Branco da Silva. Lisboa: Colibri, 2001. (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Literatura Medieval, 115).

FERREIRA, José de Azevedo. *Afonso X - Foro Real*. Vol. I: edição e estudo linguístico, vol. II: glossário. Lisboa: INIC, 1987.

Livro de Linbagens do Conde Dom Pedro. Edição crítica por José Mattoso. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências, 1980. (Portvgaliae Monvmenta Historica, Nova Série, vol. II/I).

¹⁴ Ou seria devido ao fato de que sempre se raciocina linguisticamente em termos de *subordinação*, mas não em termos de *promoção* de uma categoria inferior a outra, mais alta?

MATTOSO, José. Introdução. In: *Livro de Linbagens do Conde Dom Pedro*. Edição crítica por José Mattoso. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências, 1980. (Portvgaliae Monvmenta Historica, Nova Série, vol. II/I). p. 7-54.

MENON, Odete P. S. *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, à partir des données du NURC-SP*. Thèse (Doctorat) – Université de Paris 7, Paris, 1994.

MENON, Odete P. S. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. In: VANDRESEN, Paulino (Org.) *Variação, mudança e contato lingúístico no português da região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2006. p. 125-167.

NARO, Anthony J. The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese. *Language*, Baltimore, v. 52, n. 4, p. 779-810, 1976.

Orto do Esposo. Texto inédito do fim do século XIV ou começo do XV. Edição crítica com introdução, anotações e glossário, por Bertil Maler. Vol. I: texto crítico. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1956.

REIGHARD, John. Contraintes sur le changement syntaxique. *Cabier de Linguistique*, Québec, v. 8, p. 407-436, 1978.

RODRIGUES, José M. Sobre um dos usos do pronome *se*: as frases do tipo *vê-se sinais*. *Academia das Ciências, Boletim de Segunda Classe*, p. 175-186, 1913 *apud* NARO (1976)

SAID ALI, Manoel. *Dificuldades da língua portuguesa*: estudos e observações. 5. ed. [com prefácio de Serafim da Silva Neto; estabelecimento do texto, revisão, notas e índices por Maximiano de Carvalho e Silva]. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1956 [1ª ed., 1908].

SAID ALI, Manoel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Edição revista e anotada por Maximiano de Carvalho e Silva. Brasília: Editora da UnB, 1964.

VEIGA, Albino de Bem. *Virgeu de consolaçon*. Edição crítica de um texto arcaico inédito [Códice Alcobacence CCXLIV/211, Biblioteca Nacional de Lisboa]. Introd., gramática, notas e glossário. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia/Porto Alegre: Livraria do Globo, 1959.

Recebido para publicação em 6 de setembro de 2011.

Aprovado em 26 de outubro de 2011.